

PARECER JURÍDICO 208/2025 DA ASSESSORIA JURÍDICA DE TOMÉ-AÇU/PA

A

Departamento de Licitação e Contratos de Tomé-Açu/PA

Parecer Jurídico: 208/2025

PROCESSO LICITATÓRIO: 3/2025 – 1310001

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1310001/2025

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONCLUSÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PADRÃO FNDE DE 06 (SEIS) SALAS DE AULA, ANOS INICIAIS, BAIRRO PORTELINHA (ESCOLA PRESIDENTE VARGAS - ID 1010369).

I – RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, oriundo do Departamento de Licitação e Contratos de Tomé-Açu/PA, regulado pelo Decreto Municipal nº 55/2023 e Portaria nº 18/2025-GPMTA, no Processo Licitatório nº 3/2025-1310001, Processo Administrativo nº 1310001/2025, referente à documentação para abertura de licitação, na modalidade Concorrência, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução da obra de conclusão da obra de construção da escola padrão FNDE de 06 (seis) salas de aula, anos iniciais, bairro Portelinha (Escola Presidente Vargas - ID 1010369).

Consta nos autos, que na data de 13 de outubro de 2025, a **Ilma. Secretária Municipal de Educação de Tomé-Açu/PA – SEMED**, através de Ofício, enviou o **Documento De Formalização de Demanda (DFD)**, para abertura de licitação, na modalidade Concorrência, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução da obra de conclusão da obra de construção da escola padrão FNDE de 06 (seis) salas de aula, anos iniciais, bairro Portelinha (Escola Presidente Vargas - ID 1010369).

Justificou que a solicitação faz-se necessário pelo motivo de que o prédio irá abrigar os alunos da Escola Municipal Presidente Vargas, considerando o fato de a edificação estar antiga, com o telhado deteriorado, apresentando riscos à segurança dos usuários. Além disso, encontra-se com estrutura precária, deixando de atender com qualidade a comunidade escolar, impactando de forma negativa no processo de ensino aprendizagem, tendo em vista que afeta o desempenho na condução das aulas por parte do professor e, conseqüentemente, no desempenho dos estudantes.

Desta feita, na data de 13 de outubro de 2025, o **Exmo. Prefeito Municipal de Tomé-Açu/PA**, proferiu despacho autorizando a AUTUAÇÃO do Processo Licitatório nº 3/2025-1310001, na modalidade Concorrência e que os autos fossem remetidos à Secretaria de Planejamento e Gestão de Tomé-Açu/PA, para adoção de medidas cabíveis.

Seguindo, na data de 13 de outubro de 2025, o Ilmo. Secretário Municipal de Planejamento e Gestão de Tomé-Açu/PA, fez a devida AUTUAÇÃO do Processo Licitatório nº 3/2025-1310001, na modalidade Concorrência.

Foram juntados aos presentes autos, as Planilhas Orçamentárias, BDI's – Benefícios e Despesas Indiretas, Cronogramas Físicos Financeiro, Memoriais Descritivos, Planilhas de Encargos Sociais, Projetos Básicos, e Planilhas de Custos, contendo todos os elementos e dimensionamento, especificações e normas técnicas.

Na data de 16 de outubro de 2025, o Exmo. Secretário Municipal de Planejamento e Gestão de Tomé-Açu/PA, anexou aos autos do processo, o Estudo Técnico Preliminar (Inciso I, do Art. 18, da Lei nº 14.133/2021 e Inciso X, do Art. 2º, do Decreto Municipal nº 58/2023), já contendo a Análise de Risco (Inciso X, do Art. 18, da Lei nº 14.133/2021).

Dando continuidade, na data de 17 de dezembro de 2025, o Agente de Contratação emitiu Despacho ao Setor de Contabilidade, para que se manifestasse quanto à existência de previsão orçamentária para cobertura das despesas.

Em atendimento ao Despacho retro, na data de 17 de dezembro de 2025, o Departamento de Contabilidade certificou a existência de recursos orçamentários disponíveis com o objetivo de assegurar o empenhamento prévio das despesas.

Em ato contínuo, na data de 17 de dezembro de 2025, a Exma. Secretária Municipal de Educação de Tomé-Açu/PA, fez a devida AUTUAÇÃO do Processo Licitatório nº 3/2025-1310001, na modalidade Concorrência, como também DECLAROU que as despesas possuem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), conforme preceitua o Inciso II, do Art. 16, da Lei nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Seguindo a marcha processual, a Equipe de Engenharia apresentou o Termo de Referência, em conformidade com Inciso I, do Art. 18, da Lei nº 14.133/2021, e Inciso XI, do Art. 2º, do Decreto Municipal nº 58/2023.

Em ato contínuo, o Coordenador do Departamento de Licitações e Contratos de Tomé-Açu/PA, na data de 17 de dezembro de 2025, fez a devida Autuação do Processo Licitatório nº 1310001/2025/PMTA.

Foi juntado aos presentes autos a minuta do edital do Processo Administrativo nº 3-2025-1310001.

Diante disso, na data de 17 de dezembro de 2025, foi emitido despacho a assessoria jurídica, para exame da minuta de instrumento convocatório e anexos, para fins de abertura de processo licitatório na modalidade Concorrência, que versa sobre a contratação de empresa especializada para execução da obra de conclusão da obra de construção da escola padrão FNDE de 06 (seis) salas de aula, anos iniciais, bairro Portelinha (Escola Presidente Vargas - ID 1010369).

É o relatório. Passo a opinar.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente se faz necessário o esclarecimento, que compete a Assessoria Jurídica, única e exclusivamente, prestar consultoria, sendo este parecer meramente opinativo, sobre os aspectos jurídicos, não cabendo portanto, adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da conduta dos atos administrativos, uma vez que estes estão reservados à discricionariedade do administrador público legalmente competente, como também, não compete a esta assessoria jurídica, examinar

questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

Não existe delegação de responsabilidade do administrador ou mesmo o compartilhamento desta quando exarada a manifestação jurídica relativa à contratação. A solução técnica eleita é inerente à esfera de competência própria do agente administrativo, e só dele, não importando o pronunciamento desta Assessoria Jurídica, sob qualquer ótica, em juízo de conveniência e oportunidade.

A nossa Carta Magna, traz os princípios pelos quais a Administração Pública deve ser regida, que existem parâmetros legais que obrigatoriamente devem ser observados, especificamente em seu Art. 37, dentre eles, o princípio da legalidade. Confira-se:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).”

Aliado a isso, temos o que dispõe o art. 5º da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021:

“Art. 5º. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro)”

O procedimento licitatório destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Todavia, em regra, a Constituição Federal determinou no art. 37, inciso XXI, que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública devem ser

precedidos por licitação. No tocante aos processos licitatórios, observa-se a aplicabilidade e vigência eminentemente da Lei Federal nº 14.133/2021, que é a norma que trata dos procedimentos licitatórios e contratos com a Administração Pública, Direta e Indireta:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Assim, em se tratando das contratações feitas pelos Entes Públicos, deve-se observar a impessoalidade, a eficiência, a publicidade, a moralidade e a legalidade, de forma a se realizar qualquer contratação em vista de se despendar o erário público da forma mais eficiente e que melhor atenda o interesse público, o que se consubstancia no alcance da proposta mais vantajosa.

Ainda nesse sentido, temos o disposto no Art. 11, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobre preço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no **caput** deste artigo,

promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

A modalidade sugerida para realização do certame, qual seja, “**Concorrência**”, encontra amparo legal no art. 28, Inciso II, art. 29, Parágrafo único, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, e art. 1º, do Decreto Municipal nº 58/2023, vejamos:

Lei nº 14.133/2021

“Art. 28. São modalidades de licitação:

(...)

II – Concorrência;”

“Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.”

Decreto Municipal nº 58/2023

“Art. 1º. Este Decreto regulamenta a licitação na modalidade Concorrência, na forma eletrônica e presencial para a contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, por meio da modalidade de licitação denominada concorrência, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021;”

De mesmo modo, os objetos licitados amoldam-se adequadamente previsto no art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/2021, e no Inciso I, do art. 2º, do Decreto Municipal nº 58/2023, vejamos:

Lei nº 14.133/2021

“Art. 6º. Para fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXXVIII – concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;

Decreto Municipal nº 58/2023

“Art. 2º. Para fins do disposto neste Decreto consideram-se:

I – concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;

O certame licitatório realizar-se-á de maneira **eletrônica**, em conformidade com o art. 17, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, e art. 4º, do Decreto Municipal nº 58/2023, na modalidade Concorrência.

Lei nº 14.133/2021

“Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

(...)

§ 2º. **As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica**, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.”
(Grifos nossos).

Decreto Municipal nº 58/2023

“Art. 4º. A concorrência, que segue o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, é a modalidade de licitação para **contratação** de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, conforme definidos nos incisos III e V, e na alínea “b” do inciso VI, do art. 2º, deste Decreto, cujo critério de julgamento poderá ser:

Conforme consta na minuta, o Edital dará aos participantes condições de igualdade e proporcionará à Administração Pública contratar com a melhor proposta apresentada, do tipo **POR VALOR GLOBAL**, respeitando aos princípios da igualdade de oportunidade e da legalidade, expressamente descritos em nossa Carta Magna.

O processo licitatório desde sua fase preparatória, deve seguir um cronograma específico, de acordo com a modalidade escolhida, que obrigatoriamente deve ser composto por documentos essenciais e indispensáveis a sua instrução, na modalidade concorrência, destacam-se o Estudo Técnico Preliminar (Inciso I, do Art. 18, da Lei nº 14.133/2021 e Inciso II, do Art. 13, do Decreto Municipal nº 59/2023), a Análise Risco (Inciso X, do Art. 18, da Lei nº 14.133/2021 e Inciso IX, do Art. 13, do Decreto Municipal nº 59/2023), e o Projeto Básico (Art. 6º, Inciso XXV, da Lei nº 14.133/2021), vejamos:

Lei nº 14.133/2021

“Art. 13. A fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso existente, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

(...)

II - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;

(...)

IX - **a análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

(...)

§ 4º O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a **elaboração do projeto básico** e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

“Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações

técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

(...)

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual; **(Grifos nossos)**

Decreto Municipal nº 59/2023

Art. 2º. Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se:

(...)

IX – Projeto: Documento de planejamento para licitação e a contratação, que pode ser corporificado por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico e/ou projeto executivo;

X – Estudo Técnico Preliminar: Documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência;

As documentações do rol taxativo constantes nos artigos mencionados ao norte, devem seguir diretrizes e exigências específicas, baseadas no Art. 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

(...)

XXV - projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a

viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida;
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos;
- c) identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, considerados os riscos e os perigos identificáveis, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- d) informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendidos a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;
- f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, obrigatório exclusivamente para os regimes de execução previstos nos incisos I, II, III, IV e VII do caput do art. 46 desta Lei;

Dando seguimento, todo processo licitatório em sua fase inicial, deve tomar como diretrizes as recomendações e documentações exigidas no Art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021. São essas recomendações e documentações que farão com que o processo transcorra em conformidade com os princípios basilares da administração pública.

Uma das documentações necessárias para que se tenha início o processo licitatório é O Estudo Técnico Preliminar, em conformidade com o Inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Inciso X, do Art. 2º, do Decreto Municipal nº 59, de 28 de novembro de 2023.

Pelo que restou comprovado, O Estudo Técnico Preliminar foi devidamente instruído com as exigências contidas nos §§ 1º e 2º, do Art. 18, da Lei nº 14.133/2021, bem como no § 1º, do Art. 13, do Decreto Municipal nº 59/2023.

Continuando, O Projeto Básico, disposto no Inciso XXV, do art. 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021, também é documento indispensável ao início do processo licitatório.

Importante esclarecer, que o Termo de Referência é descrito como o documento necessário para a contratação de bens e serviços, enquanto o Projeto Básico é utilizado para obras ou serviços complexos. A legislação, porém, não unificou os termos, permitindo a utilização de ambos, dependendo da natureza do serviço ou obra a ser contratado.

Termo de Referência, quanto a sua elaboração deve seguir as recomendações previstas no Inciso XXIII, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, enquanto que o Projeto Básico, deve seguir as recomendações previstas no Inciso XXV, do Art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, o que restou devidamente atendido pelos documentos anexados aos presentes autos.

O orçamento estimado para contratação é de **R\$ 1.458.137,37 (Um milhão, quatrocentos e cinquenta e oito mil, cento e trinta e sete reais, trinta e sete centavos)**, que será custeado pelos recursos orçamentários provenientes do FUNDEB, em conformidade com o art. 18, inciso IV, e art. 23, § 2º, inciso I, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Continuando, temos o Art. 53, § 1º, Incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que faz com que a manifestação jurídica seja necessária, pois tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade:

“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;"

Dessa forma, a Assessoria Jurídica, compete avaliar a legalidade sob o aspecto normativo da não realização de licitação, verificando cuidadosamente o cabimento da hipótese de dispensa. O mesmo não se dá quanto à apreciação do cabimento do objeto. Em suma, a apreciação empreendida por este órgão consultivo não tem o intuito de atestar as alternativas técnicas adotadas pelo agente público.

Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

Enunciado BPC nº 7 A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

Foi anexada a documentação pertinente ao presente caso para análise, verificando-se que constam as cláusulas relacionadas no Projeto Básico: Objeto, Justificativa, Modalidade de Contratação, Estimativa de Preços, Prazo de entrega, Garantia da Execução da obra, das obrigações das partes, estando portanto em consonância com a nossa legislação vigente.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

Nesse sentido, também é o entendimento do TCU:

“344. Há entendimentos nesta Corte no sentido de que não se pode responsabilizar o parecerista jurídico pela deficiência na especificação técnica da licitação, já que tal ato é estranho à sua área de atuação, à exemplo do Acórdão 181/2015-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Vital do Rego. Além desse, o Relatório do Ministro Raimundo Carreiro que fundamentou o Acórdão 186/2010-TCU-Plenário também segue essa linha de entendimento, especificando a função do parecer jurídico: 'O parecer da assessoria jurídica constitui um controle sob o prisma da legalidade, isto é, a opinião emitida atesta que o procedimento respeitou todas as exigências legais. O parecerista jurídico não tem competência para imiscuir-se nas questões eminentemente técnicas do edital.' (Acórdão TCU 1492/21)

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências sempre observado princípio da segregação de funções.

Finalmente, determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, é admissível juridicamente o prosseguimento do presente certame, na modalidade Concorrência, com fundamento no Art. 6º, inciso XXXVIII, Art. 28, Inciso II, e no art. 29, Parágrafo único, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, e no Decreto Municipal nº 059/2023.

III – CONCLUSÃO

Respeitados os aspectos legais e formais do processo licitatório, entendo que a minuta do edital e o demais anexos que acompanham o respectivo processo, atendem aos princípios e regras que regem a Administração Pública.

Diante disso, este Assessor Jurídico que subscreve este parecer **OPINA FAVORAVELMENTE** ao prosseguimento do Processo Licitatório na modalidade

Concorrência nº 3/2025-1310001, Processo Administrativo nº 1310001/2025, que tem como objetivo a contratação de empresa especializada para execução da obra de conclusão da obra de construção da escola padrão FNDE de 06 (seis) salas de aula, anos iniciais, bairro Portelinha (Escola Presidente Vargas - ID 1010369), considerando que a minuta do edital e seus anexos, atendem todas as exigências previstas no Art. 25, da Lei nº 14.133/2021, como também se mostra apta a publicação, seguindo para a próxima fase do processo licitatório, em conformidade com o Art. 17, Inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Tomé-Açu/PA, 18 de dezembro de 2025.

MICHAEL DOS REIS SANTOS

Assessor Jurídico
Matrícula nº 656.216-0
OAB/PA nº 30.931-B